

CLIPPING - NOTÍCIAS DA SEMANA (13/08/2026 A 20/08/2026)

MINERAÇÃO

• **ANM fixa prazo para recursos sobre lista de municípios afetados pela mineração**

Nova súmula impede a análise de contestações apresentadas fora do prazo no processo que define os municípios afetados beneficiários da CFEM

A Agência Nacional de Mineração (ANM) aprovou, por unanimidade, uma nova súmula que estabelece a inadmissibilidade de recursos administrativos apresentados fora do prazo contra a lista anual de municípios afetados pela atividade minerária. A relação é fundamental para a distribuição de 15% da CFEM arrecadada no país, pois determina quais municípios têm direito aos recursos e qual será a participação de cada um. Como referência da relevância financeira desse mecanismo, em 2025 foram arrecadados R\$ 7,91 bilhões em royalties da mineração, dos quais cerca de R\$ 1,2 bilhão foi destinado aos municípios afetados.

Segundo a ANM, admitir recursos intempestivos poderia reabrir discussões já encerradas, atrasar a conclusão dos processos administrativos e comprometer o cronograma de repasses da CFEM. Assim, a súmula busca conferir maior segurança jurídica, uniformidade e previsibilidade ao procedimento. Atualmente, dos recursos reservados aos municípios afetados, 55% são direcionados às cidades atravessadas por ferrovias utilizadas no escoamento mineral, 35% às que possuem estruturas de mineração, 7% às que abrigam portos ou terminais e 3% às localidades atravessadas por dutovias, além das parcelas residuais previstas nas regras de distribuição.

Fonte: [Link](#)

• **Brazilian Rare Earths prevê investimento de US\$ 969 milhões em projeto de terras raras na Bahia**

Projeto Rocha da Rocha prevê produção a partir de 2031 e aposta em minerais estratégicos para veículos elétricos, defesa e tecnologias avançadas

A Brazilian Rare Earths (BRE) estima investir US\$ 969 milhões no desenvolvimento do projeto Rocha da Rocha, na Bahia, incluindo o depósito Monte Alto e a primeira fase da estrutura de

processamento em Camaçari. O estudo de escopo aponta valor presente líquido pós-impostos de US\$ 7,9 bilhões, Taxa Interna de Retorno de 89% e payback de 1,1 ano. O início da produção integrada está previsto para 2031, com vida útil inicial estimada em 14 anos. Monte Alto reúne 3,4 milhões de toneladas de recursos minerais, com teor médio de 11,3% de óxidos totais de terras raras, e se destaca pela concentração de elementos estratégicos, como disprosio e térbio, utilizados na fabricação de ímãs de alto desempenho para veículos elétricos, robótica, defesa e indústria aeroespacial.

Além disso, a operação deverá combinar a mineração e o beneficiamento em Monte Alto com o processamento e a separação em Camaçari, aproveitando a infraestrutura industrial e logística da região. A BRE projeta uma produção média anual de 247 toneladas de disprosio e térbio e 989 toneladas de ítrio, além de já possuir um acordo vinculante de dez anos com a francesa Carester para a comercialização de parte da produção no mercado europeu. Apesar dos indicadores econômicos favoráveis, o empreendimento ainda está em fase preliminar. A companhia deverá avançar para os estudos de pré-viabilidade, obter as licenças necessárias e viabilizar o financiamento, com a decisão final de investimento prevista para meados de 2029.

Fonte: [Link](#)

• **Produção mineral brasileira pode alcançar R\$ 535 bilhões até 2035**

Estudo da Vale e da Accenture projeta expansão da mineração, com aumento da arrecadação e geração de até 5,3 milhões de empregos

Relatório lançado pela Vale, em colaboração com a Accenture, projeta que o valor anual da produção mineral brasileira poderá passar dos atuais cerca de R\$ 300 bilhões para até R\$ 535 bilhões em 2035, caso o país avance em uma agenda coordenada entre governo, setor privado e sociedade. O estudo, intitulado “Destravando o Potencial da Mineração no Brasil”, apresenta 15 iniciativas estratégicas concentradas em quatro eixos, sendo eles licenciamento e fundamentos da mineração, integração da cadeia mineral, ambiente de negócios e segurança institucional e, por fim, geração de valor social e ambiental. Ainda, entre os desafios identificados está o baixo conhecimento geológico do território nacional, já que apenas 28% do país estaria mapeado em escala adequada para orientar investimentos em pesquisa mineral.

O estudo estima que a contribuição fiscal da mineração poderá alcançar R\$ 1,3 trilhão entre 2026 e 2035, ante R\$ 750 bilhões acumulados na última década. Já o impacto sobre o emprego poderá

chegar a 5,3 milhões de postos de trabalho diretos, indiretos e induzidos. O documento também destaca o potencial dos minerais brasileiros para as cadeias de veículos elétricos e de energia solar e eólica, além de propor medidas para ampliar investimentos, infraestrutura, processamento mineral e segurança regulatória. A proposta deverá ser apresentada aos candidatos à Presidência da República em 2026 como contribuição da Vale ao debate sobre políticas públicas voltadas à ampliação da competitividade e do protagonismo internacional da mineração brasileira.

Fonte: [Link](#)

- **ANM distribui mais de R\$ 504 milhões em CFEM a estados e municípios produtores**

Repasse da arrecadação de julho marca o início da operação da PGRM, que concentrou quase 89% dos recolhimentos da CFEM no período

A Agência Nacional de Mineração (ANM) distribuiu mais de R\$ 504 milhões em CFEM referentes à arrecadação de julho de 2026. Deste montante, mais de R\$ 100 milhões foram destinados aos estados e ao Distrito Federal, enquanto mais de R\$ 403 milhões seguiram para os municípios produtores. O período também marcou o início da transição da arrecadação para a Plataforma de Gestão de Recursos Minerais (PGRM), em operação desde 7 de julho e responsável por 88,92% da arrecadação total.

Neste contexto, a ANM também reforçou as regras para aplicação dos royalties pelos entes beneficiários. Os recursos da CFEM não podem, em regra, ser utilizados para pagamento de dívidas ou despesas permanentes com pessoal, embora haja exceção para gastos com educação, inclusive remuneração de professores da rede pública. Ainda, a legislação estabelece destinação preferencial de pelo menos 20% dos recursos para diversificação econômica, exploração mineral sustentável e pesquisa científica e tecnológica. Estados e municípios beneficiados também devem divulgar anualmente a aplicação dos valores recebidos, visando ampliar a transparência sobre o uso dos royalties da mineração.

Fonte: [Link](#)

PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

- **Petrobras confirma descoberta de petróleo na Foz do Amazonas**

Achado no poço Morpho, no litoral do Amapá, reforça potencial da Margem Equatorial, mas volume e viabilidade comercial da reserva ainda serão avaliados

A Petrobras confirmou a descoberta de petróleo no poço exploratório Morpho, localizado na Bacia da Foz do Amazonas, em águas ultraprofundas, a cerca de 175 km da costa do Amapá. A presença de hidrocarbonetos havia sido identificada durante a perfuração, e a presidente da estatal, Magda Chambriard, confirmou posteriormente tratar-se de petróleo. Apesar do resultado, ainda não é possível determinar o tamanho da reserva ou sua viabilidade comercial, que dependerão da conclusão da perfuração e de novas avaliações exploratórias. A região é considerada estratégica pela companhia para a reposição futura das reservas brasileiras.

Nesse cenário, a descoberta amplia as perspectivas para a exploração da Margem Equatorial, onde a Petrobras prevê uma campanha de novos poços, incluindo oito na região de Amapá Águas Profundas. Ao mesmo tempo, a atividade permanece cercada por debates ambientais em razão da sensibilidade ecológica da região e dos possíveis impactos da expansão da exploração de combustíveis fósseis. A Petrobras sustenta que a campanha emprega estruturas e tecnologias voltadas à segurança ambiental, enquanto organizações ambientais questionam os riscos da exploração e sua compatibilidade com os compromissos climáticos brasileiros.

Fonte: [Link](#)

• ANP abre participação social para atualização da RenovaCalc

Novas versões da ferramenta do RenovaBio atualizam critérios para o cálculo da intensidade de carbono dos biocombustíveis e recebem contribuições até 16 de setembro

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) abriu, até 16 de setembro de 2026, participação social sobre as novas versões da RenovaCalc, ferramenta utilizada para calcular a intensidade de carbono dos biocombustíveis e determinar a Nota de Eficiência Energético-Ambiental (NEEA). As atualizações decorrem da Resolução ANP nº 984/2025 e da revisão das premissas metodológicas do cálculo, incorporando novas bases de dados, fatores atualizados de emissão de gases de efeito estufa, novos parâmetros energéticos e aperfeiçoamentos metodológicos.

A RenovaCalc integra o RenovaBio, Política Nacional de Biocombustíveis que estabelece metas

anuais de descarbonização para incentivar a expansão dos biocombustíveis na matriz de transportes. A NEEA calculada pela ferramenta está relacionada à certificação da eficiência ambiental da produção e, conseqüentemente, à geração dos Créditos de Descarbonização (CBIOS) utilizados pelos distribuidores para comprovar o cumprimento de suas metas compulsórias. Com a consulta, a ANP busca ampliar a transparência e permitir contribuições do setor regulado, da academia e da sociedade antes da consolidação das novas versões da ferramenta.

Fonte: [Link](#)

- **ANP distribui R\$ 11,83 bilhões em participação especial do petróleo e gás**

Repasses referentes à produção do segundo trimestre de 2026 beneficiaram 20 municípios e quatro estados, além da União

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) concluiu, em 14 de agosto, a distribuição dos valores de participação especial referentes à produção de petróleo e gás natural do segundo trimestre de 2026, compensação financeira extraordinária paga pelos concessionários responsáveis por campos com grande volume de produção. O montante total destinado à União, aos estados e aos municípios alcançou R\$ 11,83 bilhões. Desse total, R\$ 4,73 bilhões foram repassados diretamente aos estados e R\$ 1,18 bilhão aos municípios, contemplando quatro estados e 20 municípios.

Assim, a ANP é responsável pela apuração e distribuição dos recursos, calculados mediante alíquotas progressivas incidentes sobre a receita líquida trimestral de cada campo, considerando fatores como localização, tempo e volume de produção, além das deduções previstas na legislação. A destinação varia conforme a localização e as características dos campos, com parcelas direcionadas à União, aos estados e municípios produtores ou confrontantes e, em determinados casos do pré-sal, ao Fundo Social. Ainda, os dados detalhados e o histórico dos repasses podem ser consultados na página de Participação Especial da Agência.

Fonte: [Link](#)

ENERGIA ELÉTRICA

- **ANEEL mantém restrição da Cemig à injeção de energia solar por inversão de fluxo**

Consumidora poderá exportar energia à rede apenas entre 19h e 5h, mantendo limitação que, sem armazenamento, impede na prática a injeção dos excedentes solares

A ANEEL manteve a condição estabelecida pela Cemig para a conexão de um sistema de geração solar de 75 kW, em São Francisco (MG), permitindo a injeção de energia na rede apenas entre 19h e 5h. A restrição foi definida após estudo da distribuidora identificar risco de inversão do fluxo de potência no posto de transformação ou alimentador. Como a geração fotovoltaica ocorre predominantemente durante o dia, a medida significa, na prática, que a consumidora não poderá exportar seus excedentes nesse período sem recorrer a armazenamento. A energia produzida ainda poderá ser utilizada para consumo instantâneo da própria unidade.

Neste contexto, a consumidora recorreu à ANEEL questionando a fundamentação técnica do orçamento de conexão apresentado pela Cemig, mas a Diretoria manteve o entendimento das áreas técnicas e negou o recurso. A decisão foi fundamentada na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021, que permite, diante de inversão de fluxo, alternativas como redução da potência injetada, limitação da exportação em determinados horários, reconfiguração da rede ou controle dinâmico da potência. Para a Agência, o estudo da Cemig atendeu às exigências regulatórias e não foram apresentados elementos técnicos ou jurídicos capazes de afastar suas conclusões.

Fonte: [Link](#)

• Reclamações contra RGE crescem no Rio Grande do Sul

ANEEL e Procons registram aumento das queixas de consumidores, principalmente relacionadas aos valores das contas de energia durante o inverno

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e os Procons do Rio Grande do Sul registraram aumento das reclamações contra a RGE durante o inverno de 2026, com destaque para questionamentos relacionados aos valores das contas e à variação do consumo. Entre 1º de junho e 13 de agosto, a ANEEL contabilizou 264 reclamações de clientes da distribuidora, ante 234 entre junho e setembro de 2025. Somente as queixas classificadas como “variação no consumo” passaram de 101 para 154. O crescimento também aparece em sete dos nove municípios consultados pela reportagem, com casos de consumidores relatando aumentos expressivos nas faturas.

A RGE, que atende 381 municípios gaúchos, atribui a elevação das contas principalmente ao maior consumo durante o inverno, provocado pelo uso de equipamentos como chuveiros elétricos e aquecedores, além da incidência da bandeira tarifária amarela. Ainda, a concessionária afirma que a maioria dos casos analisados indica mudanças nos hábitos de consumo, embora reconheça a possibilidade de situações específicas que precisam ser verificadas individualmente.

Fonte: [Link](#)

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIAS (MME)

• MME lança Atlas da Transição Energética com 425 iniciativas mapeadas

Nova edição reúne políticas, projetos e ações dos 26 estados e do Distrito Federal, com destaque para energia solar, hidrogênio, biogás e biometano

O MME, em parceria com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), lançou o Atlas Brasileiro da Transição Energética 2026 – Recorte dos Estados, com um panorama atualizado das políticas, projetos e ações relacionadas à transição energética no país, tendo 2025 como ano-base. Apresentado durante o Congresso Brasileiro de Minas e Energia 2026, o levantamento reúne 425 iniciativas nas 27 unidades da Federação, distribuídas em nove macrotemas, 21 tecnologias e 168 produtos. Entre as fontes com maior presença nas políticas, programas e planos estaduais estão a energia solar, seguida por hidrogênio, biogás e biometano.

Desenvolvido também com cooperação técnica da Agência Internacional de Energia (IEA), o Atlas organiza as informações em dois eixos, sendo eles o Normativo, que contempla políticas, planos, programas, marcos legais e instrumentos regulatórios, e o Executivo, voltado aos projetos e ações em implementação. Além disso, a plataforma interativa permite consultar dados sobre fontes renováveis, eficiência energética, eletrificação, emissões de gases de efeito estufa, segurança energética e desenvolvimento sustentável, buscando ampliar a transparência e oferecer subsídios para gestores públicos, pesquisadores e investidores no planejamento e na tomada de decisões sobre a transição energética brasileira.

Fonte: [Link](#)

- **MME busca reverter decisão do TCU que pode elevar tarifas de energia**

Suspensão de repasse de cerca de R\$ 5 bilhões às distribuidoras pode provocar aumentos de 4% a 6% para consumidores de baixa tensão

O MME avalia alternativas para reverter a decisão cautelar do ministro Antonio Anastasia, do Tribunal de Contas da União (TCU), que suspendeu o repasse de cerca de R\$ 5 bilhões às distribuidoras para redução das tarifas de energia. Os recursos são provenientes da repactuação do Uso do Bem Público de hidrelétricas e seriam destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), com foco no abatimento das tarifas de consumidores de baixa tensão nas áreas da Sudam e da Sudene. Segundo fontes ligadas à ANEEL, uma suspensão prolongada pode levar as distribuidoras a solicitar recomposição tarifária, com potencial de elevar as tarifas desse grupo de consumidores em aproximadamente 4% a 6%.

Outro ponto de preocupação é a possibilidade de redução do próprio montante disponível caso o dinheiro tenha de transitar pela conta única do Tesouro Nacional antes de chegar às distribuidoras. Segundo interlocutores citados pela reportagem, a aplicação da regra de desvinculação de receitas da União poderia reduzir os cerca de R\$ 5 bilhões para aproximadamente R\$ 3,5 bilhões. A ANEEL busca esclarecer ao TCU a estrutura do mecanismo e os impactos da cautelar, enquanto especialistas ouvidos pela publicação defendem que a legislação prevê expressamente o direcionamento dos recursos à CDE. O montante já vinha sendo considerado nos processos tarifários para limitar os reajustes dos consumidores beneficiados, aumentando a preocupação com os efeitos de uma eventual manutenção da suspensão.

Fonte: [Link](#)

- **MME detalha regras e cronograma para abertura do Mercado Livre de Energia**

Consumidores de média e alta tensão já podem escolher fornecedores, enquanto abertura da baixa tensão ocorrerá gradualmente a partir de 2027

O MME apresentou as principais regras para a migração ao Mercado Livre de Energia, ambiente em que consumidores habilitados podem escolher seus fornecedores e negociar diretamente condições como preço, quantidade, prazo e origem da energia. Atualmente, todos os consumidores conectados em média e alta tensão (Grupo A) podem migrar para o Ambiente de

Contratação Livre (ACL), sendo obrigatória a representação por agente varejista para cargas individuais inferiores a 500 kW. A mudança afeta a contratação da energia, mas a distribuidora local continua responsável pela entrega, operação e manutenção da rede, com o consumidor permanecendo sujeito ao pagamento pelo seu uso.

O MME também destacou o cronograma de abertura do mercado para consumidores de baixa tensão, previsto no Decreto nº 13.097/2026. A partir de novembro de 2027, consumidores industriais e comerciais atendidos em baixa tensão poderão escolher seus fornecedores, já em novembro de 2028, a possibilidade será estendida aos demais consumidores, inclusive residenciais. Ainda, a regulamentação estabelece procedimentos para migração, representação por agentes varejistas e fornecimento de informações aos consumidores, além da figura do Supridor de Última Instância (SUI), destinada a assegurar o fornecimento caso o fornecedor escolhido enfrente problemas.

Fonte: [Link](#)

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Representada por sua Sócia

OAB/DF nº 56.513

SABRINA DE ARAUJO PINTO

Estagiária de Direito